

APONTAMENTOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DAS GRANDES CIDADES NA SEARA DA GLOBALIZAÇÃO

Everaldo Batista da Costa¹³

Resumo

O presente artigo visa discutir a representação do patrimônio cultural nas grandes cidades, dado o dinamismo por que passam na atual fase da globalização e do avanço técnico, científico e informacional. Não se busca apontar causas ou resultados da mercantilização do patrimônio na metrópole. O objetivo é partir de uma teoria geográfica sobre a globalização para aguçar o espírito crítico e investigativo de futuros pesquisadores em ciências humanas, especialmente os que queiram estudar a reavaliação e a representação dos bens culturais nas grandes cidades mundializadas. Para tanto, estabelece-se uma abordagem teórico-crítica sobre a mercantilização de patrimônio com base nos estudos que realizamos há alguns anos enfocando as chamadas cidades históricas de Minas Gerais.

Palavras-chave: Grandes Cidades. Patrimônio Cultural. Mercantilização da Cultura.

NOTES ON THE CULTURAL HERITAGE OF BIG CITIES IN THE HARVEST OF GLOBALIZATION

Abstract

This paper aims at discussing the representation of the cultural heritage in big cities given the dynamism which they go through in the current phase of globalization and of the advancement of technology, science and information. One does not seek to point out the causes or outcomes of the merchandising of heritage in the metropolis. The objective is to depart from a geographic theory on globalization in order to stimulate the critical and investigative thinking of future researchers in the human sciences, especially those who may want to study the re-evaluation and representation of cultural property in big mundialized cities. To accomplish this, we establish a theoretical-critical approach on merchandising of heritage based on what we did a few years ago focusing on the so-called historical cities of Minas Gerais.

Key Words: Big Cities. Cultural Heritage. Merchandising of Culture.

¹³ * Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Contatos: everaldo.costa@usp.br everaldo_osp@hotmail.com

* Doutorando e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

Introdução

A partir da década de 1950, com a ampliação do processo de industrialização e o conseqüente crescimento acelerado de várias capitais brasileiras, as ações de preservação de bens culturais realizadas caminharam no sentido de salvar desse avanço o patrimônio construído das grandes cidades, que se encontrava ameaçado, afirma Vieira (2008). Iniciou-se então, nas metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, um processo de seleção de conjuntos urbanos para proteção, em suas áreas centrais, alguns dos quais vieram a se constituir, mais tarde, em centros históricos, como afirma Sant'anna (2004). “A retirada desses conjuntos do processo de transformação urbana levou-os paradoxalmente, em muitos casos, à desvalorização, abandono e destruição” (VIEIRA, 2008, p. 89-90). Logo, com a globalização atual, inevitavelmente, temos o dinamismo econômico-industrial nas grandes cidades brasileiras e, por conseqüência, sobre o que restou de seu patrimônio arquitetônico.

Nesse sentido, devemos considerar que o atual surto da globalização econômica, política e cultural torna os lugares funcionais a necessidades, usos e descompassos de agentes públicos e privados, associadamente, nessa nova fase das relações de classes mediadas por novas técnicas, pela ciência e pela informação. Não escapam dessa lógica os espaços constituídos por significativo acervo arquitetônico, ou seja, espaços urbanos possuidores de bens materiais símbolos de identidade, cultura e memória, ao serem alcançados quer seja pela indústria moderna, quer seja pela “indústria” do turismo, que altera seus “valores” e lhes imprime uma nova lógica. Nas metrópoles (em sua maioria, com uma longa história dentro do processo de formação territorial brasileira), o que se identifica é a própria “pulverização” do patrimônio pela fugacidade oriunda da lógica das ações mediadas pelas novas técnicas e pela informação, que transformam a grande cidade em um espaço transmutável inserido na competição internacional entre os lugares.

De acordo com Geiger (2002), globalização implica fragmentação, e sua dimensão econômica mostra novas formas da internacionalização do capital, apoiada em alta tecnologia, uma vez que uma rede de fluxos se superpõe a uma rede de lugares que se diferenciam e afrouxam laços tradicionais, ou seja, a própria cultura nos lugares. Assim, se, estrategicamente, algumas cidades do *hinterland* brasileiro como Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina e São João Del Rei, por meio dos agentes do capital atrelados ao Estado combinam o passado, a memória, a tradição com as invenções da modernidade e da pós-modernidade (IANNI, 2000), o patrimônio, nas metrópoles, é açambarcado pela fugacidade do capital internacional industrial e financeiro que produzem espaços altamente fragmentados, onde a história, a memória e as lembranças reproduzem a paisagem urbana histórica com as novas dinâmicas e a denominada compressão espaço-tempo da pós-modernidade (MASSEY, 2000; HARVEY, 1994).

Com isso, entende-se que a (re)produção do espaço geográfico e, por conseqüência, a transvalorização do patrimônio cultural, na metrópole, aparecem como resultado de novas relações humanas mediatizadas pela instantaneidade da informação e

pela fluidez e atuação do capital transnacional, que acabam por redimensionar o espaço-tempo subvertendo os sentidos e as relações locais que deveriam envolver, atrelar, as comunidades locais com os bens culturais edificados e imateriais; essas práticas de patrimônio são pouco perceptíveis nas grandes cidades (e mesmo nas cidades do interior), no que diz respeito às ações empíricas e à democratização patrimonial a ser desenvolvida por meio de Políticas de Educação Patrimonial, na busca da ampliação do sentido de pertencimento, dos valores cognitivos e afetivos atinentes aos bens culturais, sobretudo, na metrópole.

Como afirma Mumford (1991, p. 198), devemos buscar e afirmar a função da cidade, que é de engrandecimento da consciência humana, do próprio drama da vida, por meio de cuja representação a existência revela novos significados, que não são dados por qualquer análise momentânea ou repetitiva.

A pulverização do patrimônio cultural entre o local e o global

Halbwachs (1990) afirma que, para bem compreender a influência que exercem os diversos lugares de uma cidade sobre os grupos que a ela se adaptaram lentamente, seria necessário, numa grande cidade moderna, observar, sobretudo, os quarteirões antigos, ou as regiões relativamente isoladas de onde seus habitantes não se afastam, a não ser para ir ao trabalho, e que se formam como pequenos mundos fechados. Essa observação deve se dar mesmo nas partes novas da cidade, com ruas e as avenidas povoadas, sobretudo de operários, ou onde estes se encontram em casa, porque entre a casa e a rua há trocas permanentes e porque as relações de vizinhança ali se multiplicam. Porém, prossegue Halbwachs, é nas cidades menores, um pouco afastas dos grandes fluxos, ou naqueles países orientais, onde a vida é ainda regulada e ritmada como o era entre nós há um ou dois séculos, que as tradições locais são mais estáveis, e que o grupo urbano aparece melhor, tal como é, e em outros lugares, em menor grau, quer dizer, como um corpo social que, em suas divisões e em sua estrutura, reproduz a configuração material da cidade na qual está encerrado.

Sem dúvida, a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas, enquanto o grupo evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais

(HALBWACHS, 1990, p. 135-136). É claro que, sobre a grande cidade, essa memória coletiva pulveriza-se, torna-se difícil de apreensão, tão como seu acervo arquitetônico construído.

A cidade histórica do interior, mais que a grande cidade, apresenta uma amplitude da experiência humana, ainda sadia, que oferece uma densidade e profundidade na sua capacidade de tornar visível camada após camada da história e da biografia humana, não só pelos seus documentos e monumentos, mas pelas áreas distantes onde os seus grandes recursos tornam possível buscar apoio (MUMFORD, 1991). Se todos os materiais da nossa cultura fossem dispersos de maneira por demais ampla, se os dados e artefatos relevantes não fossem capazes de ser reunidos num só lugar, e ordenados, preparados para redistribuição, só exerceriam uma pequena fração da sua influência. (MUMFORD, 1991, p. 606). E é justamente isso que identificamos na grande cidade, a destruição inescrupulosa do acervo arquitetônico colonial brasileiro em nome da pretensa modernidade. A grande cidade brasileira não foi capaz de reunir e manter, em um só lugar, um conjunto compacto influente sobre a imaginação histórica do metropolitano.

Assim, devemos considerar que o patrimônio cultural envolve a relação imbricada entre o desenrolar do processo histórico, a produção do espaço e a lógica das atividades econômicas em constante transmutação, de forma que as ações do presente que permeiam a gestão patrimonial aparecem direta ou indiretamente ligadas às estratégias do mercado globalizado. O planejamento territorial urbano, no Brasil, desde a década de 1960, com a Carta de Veneza, a Carta de Quito e mesmo a assinatura da Convenção do Patrimônio Mundial (COSTA, 2009), estabelece a ligação entre preservação e apropriação econômica dos bens culturais nacionais. Estrutura-se o planejamento urbano de forma a respeitar os interesses dos agentes de mercado, tornando o local palco de ações diretamente vinculadas à “indústria cultural”, processo esse intensificado nos últimos anos, no Brasil, especialmente em algumas cidades do estado de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Ao pensarmos, concretamente, a metrópole (em uma escala do urbano que transcende as cidades históricas do interior), fica pouco perceptível tanto o patrimônio material quanto o patrimônio chamado “imaterial”, diluem-se no bojo da voracidade da produção do espaço contemporâneo; diluem-se material e simbolicamente, de forma que as políticas públicas metropolitanas pouco reconhecem o papel fundamental do patrimônio na formação da cidadania, dado o valor de uso civilizacional que representam os bens culturais.

É através do turismo cultural, principalmente, que os bens patrimoniais também entram no circuito global de competição entre as cidades, por fazer parte delas, do local; a intensidade de imagens e mensagens produzidas pelos promotores turísticos gera um sistema de representações que induz à escolha do que deve, quando e onde ser visto e contemplado pelo visitante, cujo olhar é previamente direcionado para a apreensão da dimensão imagética dos bens culturais, atendo-se às formas mais relevantes e não aos seus conteúdos por vezes mais significativos, representantes da grandiosidade, opulência e ostentação de uma época passada. Assim, o visitante, sobretudo na metrópole, não percebe a realidade da produção do espaço urbano, do patrimônio cultural, ao ter seu “olhar” guiado para o que “deve” ser visto; tanto na grande cidade quanto na cidade do interior, conhece-se o lugar visitado, mas não se reconhece os sentidos da constituição do espaço vivido, da vida cotidiana, fato que se agrava nas grandes cidades.

Deve-se reconhecer que a globalização econômica, política e cultural contribui com a redimensão do espaço-tempo, isto é, aproxima países, capitais, mercadorias e pessoas; propicia a dinamização dos fluxos em alguns fixos. Nunca foi tão fácil viajar ao exterior, abrir uma conta em um banco suíço ou importar um automóvel da Ásia; o advento técnico-científico e informacional metamorfoseou a realidade planetária, aproximou as pessoas diminuindo sua sensibilidade, um verdadeiro paradoxo, sobretudo, quando pensamos nos novos conteúdos que esse *frénésie* impõe aos bens culturais do mundo.

Antigas formas, novos conteúdos, novas formas junto a antigos conteúdos metamorfoseados; mesclam-se valores, significados tornam-se irreconhecíveis na dinâmica da grande cidade; são relativizados os sentidos de pertencimento e identidade dos residentes locais. É tarefa árdua pensar o lugar do patrimônio cultural numa época em que os fluxos são acelerados e disseminados, em que mais pessoas viajam para lugares mais distantes; ou seja, antigas formas adquirem novos conteúdos no período da “compressão espaço-tempo” (MASSEY, 2000), no momento do “pós-modernismo flexível” (HARVEY, 1994) em que o espaço aparece como atributo indispensável para a atuação de um capital que reproduz a vida social em um novo ritmo. Torna-se indistinto o que é global e o que é local, pois a ordenação global alcança todos (ou quase todos) os lugares, impingindo-lhes sua racionalidade que é bem retratada na grande cidade (SANTOS, 2002).

Se o patrimônio urbano, na metrópole, é inserido na dinâmica do mercado mundializado atual ou, na concepção de Harvey (1994), entra no período da flexibilidade técnica, da revitalização urbana, das imagens, no qual a racionalidade do capital pede resposta à pergunta: “Foi lucrativo?”, a grande questão a ser elucidada (especialmente, por pesquisas mais aprofundadas no tema, cujo espaço, aqui, não nos permite desvendar) é a da representação do patrimônio na metrópole, ou seja: como o patrimônio cultural é percebido pelo cidadão metropolitano? Quais artifícios são utilizados para a representação patrimonial no bojo do turismo, na grande cidade? As metrópoles são verdadeiros recortes territoriais da complexidade atual da produção do espaço que se dá globalmente, lugares que representam o mundo, geridos por novas demandas, novas estruturas, novas formas e novos processos dentro da reprodução ampliada do capitalismo. Segundo Santos (2002), alguns lugares inclusive aproveitam de suas vantagens comparativas, atraindo atividades, empregos e riquezas: os lugares do patrimônio aparecem como atrativos inquestionáveis na era da informação.

Para Mumford (1991, p. 613), no teatro da cidade são representadas peças dramáticas da vida cotidiana (o é, mais ainda, nas grandes cidades). Dentre os aperfeiçoamentos difundidos pela cidade, devemos apontar as contribuições mais contraditórias da civilização urbana: ainda a escravidão, a exagerada especialização vocacional, a guerra dos lugares e a orientação para a acumulação de riquezas.

Vigora sua função de recipiente, que favorece a concentração de energia física (trabalho morto e trabalho vivo) e cultural (modos de vida e o próprio desenvolvimento do capitalismo); a cidade acelerou o ritmo do intercuro humano e traduziu seus produtos em formas que podiam ser reproduzidas (MUMFORD, 1991). Por meio de seus documentos e monumentos, a cidade pôde aumentar o âmbito de todas as atividades humanas, tanto para o passado quanto para o futuro, no transcurso do tempo. Por meio de prédios, porões, igrejas, mosteiros, palácios, tabuinhas, livros, a cidade tornou-se capaz de transmitir de geração a geração uma cultura cada vez mais complexa; a cidade produziu uma estrutura física, mas também humana capaz de retransmitir suas heranças para as novas cidades, progressivamente. O que continua sendo o maior dos dons da cidade, aponta Mumford (1991, p. 614). Porém, o que identificamos, nesse início do século XXI, com a modernidade que rebate sobre os amplos territórios das grandes cidades, se não a pulverização dos bens culturais coloniais enquanto tradicionais marcas do tempo, ou símbolos da constituição do

próprio espaço geográfico proposto por Milton Santos como “acúmulo desigual do tempo”?

Nessa lógica, o dinâmico processo de reprodução do capital acelera as relações mais diversas; paradoxalmente aproxima as pessoas tornando-as insensíveis, as vezes “invisíveis”; redimensiona o espaço-tempo, transmuta o valor dos bens culturais, recompondo-os num cenário, muitas das vezes, banal. Cenário que, segundo Harvey (1994), se constrói a partir da reprodução do capitalismo, hoje, a explorar as diferenças, as pretensas autenticidades, irreplicabilidades e originalidades.

Devemos reconhecer que os valores que qualificam os objetos não partem deles. Os chamados “bens culturais” não têm em si mesmo identidade nem cultura, mas a identidade e a reprodução cultural que os grupos sociais lhes atribuem. De acordo com Meneses (1999), podemos considerar que não há valores estéticos universais e permanentes, mas sim, conteúdos e sentidos simbólicos atribuídos a esses bens.

Assim, para se entender, nos dias de hoje, o patrimônio cultural e seu lugar na metrópole, no contexto da globalização, faz-se mister o conhecimento sobre os atuais circuitos de produção e consumo e o reconhecimento do que é “valor” para nossa sociedade atual. Torna-se insignificante buscar entender em traçados, formas, frontispícios, fachadas, adros, sineiras ou coruchéus o atual sentido do patrimônio cultural ou o seu lugar. De acordo com Meneses (1999, p. 94), a compreensão do patrimônio cultural está na própria relação do homem com os objetos e dos homens entre si e não, na coisa em si: “é necessário desfetichizar o campo da cultura”. Dessa forma, o patrimônio cultural assume um significado mercadológico, passa para a esfera da comercialização na nova organização do espaço vinculada aos ditames globais, ou seja, da “transformação do espaço em mercadoria [...] tendência da predominância da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço” (CARLOS, 2001, p. 186).

O lugar do patrimônio cultural passa a ser o mundo, embarca na lógica perversa da globalização (SANTOS, 2000). Assim, visualizamos uma séria problemática, a de pensar um patrimônio coletivo que se mundializa com o advento de novas técnicas e da informação e, ao mesmo tempo, deixa de ser valorizado, reconhecido e percebido como símbolo cultural e de identidade para o local, de forma mais agravada na grande cidade. Qual a lógica de conceber, por exemplo, um Patrimônio Cultural da Humanidade, no sentido institucional, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), se

o mesmo não for valorizado localmente, desenvolvendo-se o sentimento de pertencimento e identidade ao menos na população local e regional? Ao ser destituído de seus verdadeiros conteúdos significativos com o advento de novos usos que o mercantilizam e banalizam, o patrimônio deixa de ser símbolo local, nacional e mesmo mundial, é entregue ao bel sabor do mercado, e seu lugar passa a ser o mundo virtual, veloz e quantitativo da globalização. O patrimônio, ao ser açambarcado pelo movimento ininterrupto da globalização econômica e cultural, parte do local para o mundial e retorna destroçado ao local; que patrimônio é esse?

Assim, a tendência globalizante retrata o que Santos (2000) aborda como “uma competitividade que destroça solidariedades”, freqüentemente horizontais, e que impõe uma solidariedade vertical, cujo epicentro é o capital especulativo e hegemônico, obediente aos interesses globais e indiferente ao lugar e seu entorno; para esse geógrafo, as ações externas individualizantes não buscam sentido de benefícios para a vida local. Ou seja, como se esperar uma “via de mão dupla” de crescimento econômico local com o desenvolvimento sociocultural, na confluência da tradição e da modernidade, que o patrimônio urbano possa representar, em todas as escalas de cidades, benefícios democraticamente distribuídos aos habitantes do lugar?

O patrimônio e a cidade tornam-se, sim, mercadorias; não podemos, contudo, aceitar que sua natureza seja a da mercadoria, pois enquanto referencial de identidade, memória e história, nosso patrimônio deve responder aos imperativos do pertencimento ao lugar e à edificação da cidadania; representa nossa trajetória biográfica não apenas num eixo temporal, mas, sobretudo, espacial. Há de se cuidar para que a expansão geográfica que sustenta o capitalismo, submetendo lugares, populações e países à economia mundializada não destrua o potencial de solidariedade bem representado pelos bens culturais materiais e imateriais persistentes na paisagem urbana e no imaginário das populações locais. Não se reconhece mais, com a modernidade, ou a pós-modernidade (para quem preferir retratar o atual momento histórico dessa maneira), a importância relacional entre a cultura e o desenrolar da vida cotidiana, especialmente, na metrópole. Na concepção de Berman (1986, p. 15), vive-se, hoje, a anulação de todas as fronteiras geográficas e raciais, de nacionalidade e de classe, de ideologia e religião, com o avanço da modernidade. Ao acatar essa idéia, poder-se-ia considerar que a humanidade tenderia para união inequívoca de todas as classes e de todos os homens. Porém, o mais lógico e identificável é o olhar de uma “unidade de desunidade” que, focado na questão do patrimônio nas grandes cidades,

remete-nos à sua pulverização no movimento entre o local e o global. Vive-se um turbilhão de desintegração e mudanças em uma era em que se busca, inexoravelmente, o universal, o comum, a comunhão dos lugares que se desintegram, contraditoriamente. “Vive-se a era na qual, como disse Marx, tudo que é sólido desmancha no ar” afirma Berman (1986, p. 15), e prossegue,

Nosso século produziu uma assombrosa quantidade de obras e idéias da mais alta qualidade. O século XX talvez seja o período mais brilhante e criativo da história da humanidade, quando menos porque sua energia criativa se espalhou por todas as partes do mundo (...) nós perdemos ou rompemos a conexão entre nossa cultura e nossas vidas. (BERMAN, 1986, p. 23)

As cidades do patrimônio, o patrimônio das cidades

O reconhecimento de valores no campo do patrimônio cultural tem uma preponderante dimensão *política*. As ações direcionadas para a “construção” do patrimônio cultural não representam apenas anseios simbólicos e cognitivos, mas, sobretudo, pragmáticos e concretos, em âmbito mundial. Meneses (1992, p. 189) também reconhece que a centralidade de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização), na atualidade, é política por natureza; uma preocupação política com o viés econômico predominante.

Isso implica em afirmar que a preservação do patrimônio adquire dupla funcionalidade, contraditoriamente; por um lado assume a busca da identidade, do saber, da história e da memória, que não se pode negar; por outro lado, o patrimônio adquire um caráter mercadológico, é um produto cultural fabricado, empacotado e vendido para platéias exclusivas; é uma dialética que envolve a questão patrimonial, hoje, sobretudo nas grandes cidades. Segundo Choay (2006, p. 211),

A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

Deve-se ter claro que o turismo urbano representa a quase totalidade dos fluxos turísticos mundiais, sendo que as cidades não são apenas núcleos emissores de turistas, mas também pólos receptores de intensos fluxos (CRUZ, 2003), o que se dá, em nosso entender, pelo fato de a incessante busca do lucro, ou da renda de monopólio,

impor a procura ou o estabelecimento de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade nos lugares.

Hiernaux Nicolas (2001) reconhece que o consumo do espaço pelo turismo traduz-se não somente pela visão do mesmo, mas pelos atos de percorrer e de localizar-se, “una forma de ejercer el turismo es por el recorrido que a veces se mide por la distancia recorrida: a más lejos, mejor.” Também reconhece a valorização do espaço para a atividade através do valor simbólico do sítio em que se localiza o turismo: “ir a Venecia, Río, Paris, Cancún, se erigem em símbolos de estatuto, por ende en valorización espacial”.

Assim, as variedades estabelecidas no lugar, sejam elas culturais, de lazer ou de negócios, tornam-se grandes atrativos para o turismo também nas grandes cidades e não apenas nas cidades consagradas pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), na década de 1930. Featherstone (2000), analisando as cidades contemporâneas, classifica-as como lugares de transformações, muitas vezes destinadas para o consumo cultural ou de lazer¹⁴, dentro de uma nova ordem material e imaterial que recria diferentes formas de *flâneur*¹⁵; novos lugares, nova dinâmica da indústria cultural, da cultura de consumo e do turismo, uma vez que centros históricos, monumentos, museus, lugares de exposições, parques temáticos são restaurados e ou criados, cada vez mais, como espaços destinados à atividade, espaços que se colocam em evidência neste novo momento da história da humanidade.

As grandes cidades são detentoras, ainda, de um conjunto de bens patrimoniais que se diluem no fragmentado espaço urbano enquanto materialidade refuncionalizada; quer dizer, tais bens culturais são transformados ou em atrativos para o desenvolvimento de diversificados ramos da “indústria cultural” ou em atendimento ao mercado, ou ainda, ao setor público. Essa materialidade pretérita remanescente torna-se “objeto atrativo” através de uma construção simbólica influenciada pelo mercado por meio do “marketing turístico” (CIFELLI, 2005), pela publicidade, pelo Estado, por ações de agentes privados ou pela sociedade civil organizada em alguns casos, de forma dinâmica, dada a revolução dos meios técnicos e informacionais, que redimensionam o

¹⁴ Para Carlos (1996), o lazer torna-se uma nova necessidade, produz-se nova atividade produtiva a partir desta necessidade, uma atividade diferenciada, com ocupações especializadas que produzem um novo espaço e novas formas de uso deste espaço.

¹⁵ Em *O Flâneur, A Cidade e a Vida Pública Virtual*, Mike Featherstone faz uma análise da transformação do processo de se locomover e apreender do indivíduo, nos espaços públicos, reconhecendo as grandes transformações pelas quais passam os lugares da era da vida pública virtual e o próprio indivíduo em sua apreensão e locomoção nestes lugares.

espaço-tempo na metrópole; vemos sistemas de objetos construídos historicamente, “rugosidades” (SANTOS, 2002) representadas nos sítios urbanos, enquadrarem-se na lógica da informação instantânea, dos transportes velozes e de novos produtos, através dos segmentos de turismo que se estabelecem também nas grandes cidades. Ou são apropriados estrategicamente pelo mercado ou caem no ostracismo voraz impugnado pela lógica transformadora do capital.

Logo, considera-se, neste trabalho, que a ampliação da noção e dos lugares do patrimônio cultural é favorecida pelos aparatos e dinamismos propiciados pela globalização, como a maior facilidade de contato entre lugares distantes do globo, a busca da constituição de uma comunidade internacional, os adventos técnicos e informacionais, um aporte científico amplo que contribui para diversas abordagens no campo do patrimônio, sobretudo, a partir das ciências humanas, além da onipresença da mídia que dá visibilidade incontestemente aos bens culturais do mundo¹⁶. Esses são alguns poucos efeitos que fazem aproximar políticas culturais heterogêneas, multiétnicas e multirreligiosas que conformam a sociedade atual e redundam na consagração do patrimônio em escala planetária, fazendo da discussão sobre o patrimônio nas grandes cidades um relevante foco de análise.

O que se pretende enaltecer é o açambarcamento do patrimônio cultural em uma espécie de *cenarização progressiva do patrimônio* (COSTA e OLIVEIRA, 2008) e dentro de um processo de *fragmentação articulada* (COSTA, 2009) do território urbano, também, na grande cidade. Aponta-se, aqui, a necessidade de se explorar, no bojo das ciências sociais, o impacto da dinamização de fluxos e novos fixos que transformam as grandes cidades e, com elas, “pulverizam” o patrimônio cultural, pouco identificado e valorizado, na paisagem urbana, sobretudo, por suas populações, quando os diversos lugares, na metrópole, são transformados em pontos de passagem e não de permanência.

¹⁶ A análise do patrimônio cultural depende de um sério esforço de generalização e abrangência concomitante a um esforço de particularização e individualização, onde a generalização nos mostra os vetores externos possíveis de reestruturar relações humanas diversas; a particularização nos indica, hoje, como o lugar, o específico é entranhado por esses vetores, pela lógica “homogeneizadora” da globalização, que, contraditoriamente, acaba por fragmentar o espaço da sociedade. Na concepção de Santos (1993), a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a introdução de todos os lugares e de todos os indivíduos no sistema mundo, ainda que em diferentes graus; a globalização aparece como uma nova fase da história humana que permite o surgimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modifica os equilíbrios preexistentes e impõe sua lógica, “en esse sentido, con la unificación del planeta, la Tierra se convierte en un solo y único mundo y se asiste a una refundación de la Tierra como totalidad” (SANTOS, 1993, p. 69).

Para Carlos (2006), ao pensar a metrópole paulistana, a passagem da cidade produzida enquanto lugar da vida, para a cidade reproduzida sob os objetivos da realização do processo de valorização – momento em que o uso vira troca –, revela-nos o momento da produção de segregação. “Criam-se” cidades que passam a ter acessos extremamente desiguais e uma representação da metrópole enquanto um espaço extremamente fluído constituído de lugares de passagem, onde o habitante do lugar, que vive precariamente, desconhece sua histórica, sua memória e sua cultura, dentro do turbilhão da grande cidade. Para Carlos (2006), é o valor de troca como valorização do capital que torna o espaço produtivo em detrimento dos espaços improdutivos, que são aqueles do uso como condição de vida.

Segundo Santos (2007), o espaço tem sido utilizado como veículo do capital e instrumento da desigualdade social, mas uma função diametralmente oposta poderia ser-lhe encontrada. Será impossível chegar a uma sociedade mais igualitária sem reformular a organização do seu espaço. No entanto, deve ser considerado uma espécie de *dialética da construção destrutiva* (COSTA, 2009) que envolve o patrimônio cultural, objetivamente, e as grandes cidade, de forma total; é um processo e também um resultado da operacionalização do capital sobre o espaço e sobre os lugares do patrimônio. Nesse contexto, a análise da lógica que envolve o patrimônio cultural remete à ambivalência do termo *valorização*; expressão chave para o patrimônio e para o próprio espaço. O termo que deveria propiciar tranquilidade, ao contrário, inquieta por sua ambigüidade ao remeter a dois estilos de conservação sintetizadas, por um lado, pela valorização simbólica da cultura, por outro – a preponderante –, por sua valorização econômica; essa valorização inquieta, também, por fazer entender que o valor simbólico do patrimônio serve de adendo para a venda da paisagem urbana histórica, um valor de uso civilizatório.

Assim, a lógica que enreda os bens culturais do mundo, em todas as escalas do urbano, inclusive na metrópole, é a da minimização do valor simbólico e de uso para a maximização do “capital simbólico” (HARVEY, 2005) que passa a representar o patrimônio para os agentes públicos e de mercado; um patrimônio que se “pulveriza” para o cidadão metropolitano frente às novas formas de locomoção, olhar, caminhar e viver na grande cidade, dentro de uma espécie de precarização da vida urbana.

Temos, assim, um enigma dos objetos pretéritos, das cidades históricas, do patrimônio na metrópole, dos bens culturais de maneira geral, que se aprofunda com o tempo, não há dúvidas. A leitura histórica do território dificulta-se, sobretudo, no

transcurso do tempo, devido ao acúmulo permanente de formas materiais e simbólicas no mesmo, camada sobre camada, nas cidades. Materiais construtivos, artistas urbanos consagrados e não consagrados (especialmente), atuação da Igreja, imposições do Estado, enfim, o território e a paisagem urbana histórica, tudo diz respeito a uma história depositada nos lugares, cuja leitura, hoje, é dificultada pelo avanço da modernidade e a diferenciação do olhar e dos sentidos humanos, na contemporaneidade. É um vai e vem, um movimento no tempo que produz o espaço e dá novos sentidos ao próprio território. O processo de patrimonialização sobrevive por esse movimento ininterrupto de resgate, valorização, construção, desconstrução e reconstrução, em um ciclo vicioso que conforma os lugares da história e da memória (JEUDY, 2005). O patrimônio arquitetônico se transforma, na metrópole, com a metamorfose da cidade, pois é fruto de sua história em movimento.

Os financiadores de obras artísticas ou arquitetônicas podem sempre fazer crer que se inspiram em uma certa poesia da cidade, mas estão mais preocupados em produzir uma imagem determinante de sua cidade do que em responder a uma sensibilidade comum aos habitantes. A representação política da soberania obtém uma demonstração sempre visível de sua legitimidade através das metamorfoses da cidade. (JEUDY, 2005, p. 83).

É salutar considerarmos que a cidade ainda guarda a função de transformar o poder em formas, a energia humana em cultura, a matéria inanimada em símbolos vivos da arte e no próprio espaço em movimento, atrelados às necessidades e criatividade sociais. A cidade assume uma nova expressão, um novo significado que escapa de sua concepção de local de negócios ou de governo, representa, pois, um “órgão” essencial de expressão e atualização da nova personalidade humana, que Mumford (1991) considera a do “Homem de um Mundo Só”. O mundo torna-se uma aldeia e o menor distrito deve ser pensado num planejamento funcional que atenda ao mundo global. É na cidade que ainda temos o vívido teatro para encontros espontâneos, desafios e contatos particulares da vida cotidiana e corriqueira. Identifiquemos e busquemos a preservação dos bens culturais das grandes cidades, não identificados nas novas “cotidianidades”.

Com efeito, deve a cidade ser um órgão de amor e de dor; e a melhor economia das cidades é o cuidado e a cultura dos homens. A missão inicial e final da cidade é a de incentivar a participação consciente do homem no processo cósmico da

vida comunitária e no processo histórico. O engrandecimento de todas as funções da vida multifacetada, mediante a comunhão emocional do racional e da irracionalidade, a comunicação racional e o domínio tecnológico, e, acima de tudo, a representação dramática da vida em sentido mais amplo, tem sido, na história, a suprema função da cidade e porque não, do patrimônio urbano. E permanece como a principal razão para que a cidade continue existindo. (MUMFORD, 1991, p. 621). Trabalhemos pela (re)patrimonialização das grandes cidades, pelas cidades do patrimônio e pelo patrimônio das cidades.

À guisa de uma conclusão

O presente artigo não encerra a discussão sobre o patrimônio cultural nas grandes cidades globalizadas, por sua brevidade e objetividade. Logo, não se fecha uma conclusão, mas esboçam-se algumas considerações para a reflexão do leitor; considerações estas pelas quais se espera aguçar o espírito crítico e investigativo de estudiosos do patrimônio no Brasil, quando se necessita entender a forma de representação dos bens culturais, hoje, nas grandes cidades, tanto para os turistas quanto para as comunidades locais, na era do desenvolvimento técnico, científico e informacional (SANTOS, 2002).

Reconhece-se que a refuncionalização do patrimônio, na esfera do urbano, o faz adquirir valor de mercado, especialmente nas cidades históricas do interior; nas grandes cidades, assume funções múltiplas, que vão do uso institucional e comercial à superposição, degradação ou destruição total. Entende-se que vem ocorrendo um descompromisso com o passado, com o lugar e com as pessoas, através da nova tendência global que estabelece a mundialização dos lugares, de todos os valores, relações e da própria cultura; uma nova dinâmica que deve ser apreendida para além do mero olhar, mas próxima da observação pertinente e coerentemente crítica.

A grande cidade aparece, nas abordagens geográficas, como uma síntese excepcional da sociedade global, onde tudo que se refere ao mundo contemporâneo “decanta-se” nela. Nesse sentido, o patrimônio urbano é envolvido por essa lógica e acaba por se “pulverizar” juntamente com as mais diversas formas de cultura urbana, de vida na metrópole, quando são transformadas as relações do sujeito com sua própria cidade.

Se, no *hinterland* brasileiro, temos espalhadas cidades que, apesar de médias ou pequenas, pulsam e apresentam problemas socioespaciais variados relacionados à dialética da “preservação” e da mercantilização dos bens culturais (COSTA e SCARLATO, 2008), nas metrópoles a questão não é diferente. O urbano, em um espectro mais amplo, vive a lógica atual que mescla cultura e lazer através da mercantilização do espaço que passa por um evidente processo de fragmentação a partir da intensa cenarização e banalização do patrimônio, ao renegar os residentes e mercantilizar a vida e a cultura. Se há uma retórica política sobre soluções para uma grande divulgação e democratização do patrimônio urbano, hoje, no Brasil, pouco se vê, na prática, soluções. Os benefícios prometidos pelos agentes “comprometidos” com o desenvolvimento turístico de um lugar tornam-se mera retórica interesseira – de agentes “pseudo-alienados” (COSTA, 2009) –, pois o estabelecimento dessa atividade ou a prática de preservação de patrimônio cultural não são acompanhadas de um sério planejamento urbano estratégico voltado para as necessidades sociais locais e de uma maioria que deveria estar interada dos valores simbólicos, culturais e identitários inerentes a essas materialidades pretéritas.

Não se pretende, neste trabalho, santificar ou bestializar o mercado, muito menos o turismo, mas estimular a busca de soluções socioespaciais democráticas através da gestão participativa dos bens culturais do mundo e da implementação de Políticas Públicas de Educação Patrimonial direcionadas às comunidades locais; políticas que devem estar centradas, por meio das diversas instituições de ensino, nas crianças e nos adolescentes, os futuros guardiões do patrimônio cultural e natural do mundo, das grandes, médias e pequenas cidades brasileiras.

Assim, pode-se afirmar que é na cidade, numa concepção mais ampla, que a urbanização, o mercado, o dinheiro, o direito, a política, o sagrado, o profano, o bem e o mal se somam à arte e à cultura na representação do mundo e na reprodução da mais-valia. Ao identificar esta realidade, não podemos mais considerar a lógica do lugar como estímulo a nossas inquietações sobre a sociedade e sim a tensão entre localidade e totalidade, a particularidade e a universalidade, na medida em que se avança o processo de globalização dos lugares, sobretudo, via urbanização turística. Segundo Karl Marx, no prefácio de sua primeira edição de *O Capital*, em 1867, “Perseu tinha um capacete que o tornava invisível, para perseguir os monstros. Nós, de nossa parte, nos embuçamos com nosso capuz mágico, tapando nossos olhos e nossos ouvidos, para poder negar as monstruosidades existentes”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CARLOS, Ana Fani A. A mundialização do espaço. In: MARTINS, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço . In: CARLSO, A. F. (org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. Novas contradições do espaço. In: SILVA, J.B; DANTAS, E.W; (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira.** São Paulo: Annablume, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

CIFELLI, Gabrielle. **Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto – MG.** Campinas: Dissertação de Mestrado – Universidade de Campinas, IG, 2005.

COSTA, Everaldo. B.; OLIVEIRA, Bernadete C. O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG. **Revista Geografias,** Belo Horizonte, Vol. 4, nº 1, 2008.

COSTA, E. B.; SCARLATO, Francisco C. Uma teoria geográfica para a análise da produção socioespacial nas cidades históricas turísticas. **Revista Geografar,** Curitiba, Vol. 3, nº 2, 2008.

COSTA, E. B. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG).** Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, FFLCH, 2009.

CRUZ, Rita de C. A. **Introdução à Geografia do Turismo.** São Paulo: ROCA, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. *O Flâneur, a Cidade e a Vida Pública Virtual.* In: ARANTES, Antônio (org). **O Espaço da Diferença.** São Paulo: Papius, 2000.

GEIGER, Pedro Pinchas. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HIERNAUX NICOLAS, Daniel. Elementos para un Analisis Sociogeografico del Turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais.** São Paulo: Hucitec, 2001.

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-Mundo.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política; Livro 1, vol 1**. São Paulo: Difel, 1982.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (org). **O Espaço da Diferença**. São Paulo: Papius, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo:1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem críticas das práticas e políticas culturais. In: YAZIG, E; CARLOS, A. F; CRUZ, R. C. (orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo:Editora Hucitec, 1999.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. Salvador: FAU - UFBA, Tese de Doutorado, 2004.

SANTOS, Milton. **Los espacios de la globalización**. In: Anales de geografia de la Universidad Complutense. Barcelona, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2007.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.